

Quem pode fazer história pública? Um estudo de caso sobre a Brasil Paralelo

Joana MAXIMO DA SILVA¹
Ângelo Aparecido PRIORI²

Resumo: A Brasil Paralelo, é uma produtora gaúcha de documentários, reportagens, filmes, programas, cursos e séries que abordam temas relacionados à política, história, filosofia, economia, educação, artes e atualidades. Na comemoração do bicentenário de Independência do Brasil, a produtora realizou ação em uma escola de nível fundamental em São Paulo para levar ao conhecimento dos alunos alguns heróis da história brasileira, dando vida a personagens ilustres da história do Brasil, tais como: D. Pedro I, Imperatriz Leopoldina, José Bonifácio, D. Pedro II e Princesa Isabel. Assim, este trabalho objetiva apresentar a ação da produtora, apontando os usos do passado, para defesa de interesses de grupos conservadores da sociedade, desqualificando o conhecimento produzido com rigor metodológico, o dominando de “doutrinário”, para legitimar suas produções. Analisar os conteúdos e ações da BP, são imprescindíveis para a produção de um referencial crítico para desmontar/desconstruir ideias não-científicas sobre a História.

Palavras-chave: Brasil Paralelo, História Pública, Revisionismo.

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR). Graduada em História na Universidade Estadual de Maringá (UEM/2024). Curitiba. PR. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1238-892X> E-mail: J.o.hmaximo@gmail.com

² Doutor em História e Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. Atua no Programa de Pós-Graduação em História, no Departamento de História e no Prof-História da UEM. Atua também no Programa de Pós-Graduação em História Pública da Unespar/CM. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9430424742681196>. E-mail: angelopriori@uol.com.br.

Who can make public history? A case study about Brasil Paralelo

Abstract: Brasil Paralelo is a producer of documentaries, reports, movies, programs, courses, and series based in the Brazilian state of Rio Grande do Sul. Its productions address politics, history, philosophy, education, arts, and current affairs. On Brazil's bicentennial independence anniversary, the producer went to an elementary school to "bring knowledge to the students about some 'heroes' of Brazilian history," such as Pedro I of Brazil, Empress Maria Leopoldina of Austria, José Bonifácio, Pedro II of Brazil, and Princess Isabel. This work aims to showcase the producer's actions, which highlight the customs of the past in order to advocate for Brazilian conservative groups, while discrediting knowledge produced with methodological rigor, asserting that it is a form of indoctrination, in an effort to legitimize its productions. Thus, analyzing the works and actions of such a producer is essential to develop a critical framework to deconstruct non-scientific ideas about History.

Keywords: Brasil Paralelo, Public History, Historical Revisionism

Introdução

Com as primeiras manifestações de 2013, o Brasil vivenciou a intensificação de tensões políticas e sociais, que acarretam o golpe que destituiu Dilma Rousseff da presidência, em 2016, e posteriormente a eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Nesse cenário, a internet criou um ecossistema comunicacional em que gradativamente diferentes grupos culturais, religiosos e políticos passam a professar suas ideologias no ciberespaço. Aumentando “o poder de quem propõe articular suas ideias e realizar conversações” (Silveira, 2015, p.125), não somente as alinhadas a defensores do Estado Democrático de Direito, da justiça ou das causas caras para a sociedade, mas também daqueles contrários à democracia e à liberdade.

No Brasil, a partir de 2013 a “internet se consolidou como espaço de disputa política e plataforma de mobilização” (Silveira, 2015). Em que, os grupos que obtiveram maior sucesso, na disseminação de informações, foram os orientados à extrema-direita, que usam e abusam da internet de forma influente para propagação de suas ideias (Maynard, 2013). Diante deste cenário, em que o “racismo ainda se apresenta como um desafio, o indígena é compreendido como ‘indolente’ e ‘preguiçoso’, os delitos graves cometidos pela ditadura são colocados em dúvida, o comunismo perpetua-se como uma ameaça constante” (Ragusa, 2023, p. 119), esses temas tornam-se terreno fértil para que fenômenos como o negacionismo sejam acolhidos, compartilhados e vivenciados. É nesse universo, que centenas de narrativas “revisionistas” ou “negacionistas”, que se configuram como perspectivas não-científicas da história, são empregadas para justificar concepções conservadoras e liberais de acontecimentos do passado. O que vemos hoje é o que João Carlos Escosteguy chamou de “batalhas pelas interpretações do passado brasileiro” (2019, p. 41) que aparecem com muita força em diversos espaços midiáticos, sobretudo nas redes sociais digitais, mas também em parte das mídias tradicionais. Assim sendo, a internet se tornou um verdadeiro laboratório para pesquisadores que buscam analisar o comportamento político de agentes individuais e coletivos, como, por exemplo, as produções da produtora de conteúdo Brasil Paralelo, objeto de investigação dessa pesquisa.

Case de sucesso: a produtora Gaúcha que ganhou o Brasil

A Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, conhecida pelo nome fantasia “Brasil Paralelo” (BP), é uma empresa fundada na cidade de Porto Alegre em 2016 pelos sócios Lucas Ferrugem, Henrique Viana e Felipe Valerim. Nas informações disponíveis, o grupo declara que é uma empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação, com produções originais, filmes e desenhos que abordam temas relacionados: a política, história, filosofia, economia, educação, artes e atualidades. Conforme o site da produtora, “Tudo começa com um propósito. O nosso? Resgatar bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”³. Para atingir esse propósito, a Brasil Paralelo caracteriza-se enquanto uma empresa de entretenimento e educação, que busca a verdade histórica, por meio da realidade dos fatos, sem quaisquer, categoria de “ideologização” na produção de seus conteúdos.

De acordo com sua página *web*, atualmente a empresa conta com mais de 400 mil membros assinantes, cerca de 3,6 milhões de inscritos em seu canal do *YouTube* e seus seguidores nas redes sociais somadas são mais de 6 milhões. Conforme avaliação divulgada pela Revista Forbes em março de 2021⁴, a BP é descrita como “uma Netflix pró-sociedade livre ou *History Channel*”⁵ que teve o alcance de mais de 1,6 milhões de inscritos no *YouTube*, dos quais cerca de 10% são assinantes. Segundo o colunista da matéria Alejandro Chafuen, devido ao sucesso dos vídeos a empresa tornou-se alvo da cultura do cancelamento, como destaca o fundador Lucas Ferrugem, o grupo é:

alvo frequente de mentiras, calúnias e cancelamento de esforços de grupos partidários e ideológicos. Mas como são trabalhos políticos — muitas vezes ilegais nisso — acabam não tendo nenhum efeito real sobre o público em geral, sem impacto negativo real sobre nós, e no final apenas ajudam a fortalecer nossos esforços contra o establishment brasileiro. (Chafuen, 2021)

Seguidamente a notícia dá ênfase a outras empresas da América-latina que alcançaram relevância nas mídias sociais, voltadas para o movimento conservador/liberal, tais como: O Instituto Millenium, Instituto Mises, *Fundación para El Progreso* e *Fundación Libertad y Progreso*, que competem pela liderança no *Youtube*. É importante ressaltar que, a Brasil Paralelo se encaixa enquanto uma produtora de conteúdos “revisionistas” ou “negacionistas”, não pela sua tendência a direita, mas por suas produções atuarem diferentemente do que seria

³ Disponível em <https://www.brasilparalelo.com.br/sobre>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

⁴ Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2021/03/30/the-2021-ranking-of-free-market-think-tanks-measured-by-social-media-impact/?sh=335a4b6d77f6>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

⁵ Ibidem

por norma chamar de negacionismo, ou seja, “uma falta empírica, a negação pura e simples de um acontecimento amplamente documentado, registrado e provado” (Avila, 2022).

As produções da BP são formuladas para uma “banalização e silenciamento que não passam diretamente pela asseveração de uma inexistência, isto é, transcendem a falta empírica em direção ao que poderíamos nomear de *irresponsabilidade representacional*”. Uma vez que a, “a negação seria uma decorrência dos enredos escolhidos para dar sentido ao passado” (Avila, 2022). Assim, a Brasil Paralelo, consciente ou inconscientemente, falseia “o pretérito por meios de elipses, omissões, silêncios e deleções que tem lugar no plano narrativo mais do que no documental” (Avila, 2022, p.188). Criando/produzindo narrativas sobre o passado inautênticas, pois “não explicam coisa alguma, embora empilhem “fatos” sobre “fatos” para produzir um simulacro de explanação histórica” (Avila, 2022, p.189).

Assim, “o fundamento ideológico dessa narrativa se assenta em uma perspectiva eurocêntrica de história, a qual define uma política identitária que encontra no conservadorismo cristão e no patriarcalismo oitocentista seus fundamentos principais” (Nicolazzi, 2023, p.3). Objetivando o silenciamento, o apagamento, o ocultamento de narrativas outras, que contradizem, a colonialidade, o racismo, a misoginia, e tantas outras formas de violência simbólica perpetuada nas narrativas históricas. Em vista disso, o objeto de estudo dessa análise é focalizado na ação realizada pela Brasil Paralelo, no aniversário de bicentenário de independência do Brasil.

Sacrifício, Virtude e Coragem: Por que os brasileiros não valorizam sua história?

Para comemoração do bicentenário da Independência do Brasil, a empresa realizou ação em escola de nível fundamental localizada em São Paulo para “levar ao conhecimento dos alunos alguns heróis da história brasileira”⁶. Dando vida a personagens ilustres da história do Brasil, tais como: D. Pedro I, Imperatriz Leopoldina, José Bonifácio, D. Pedro II e Princesa Isabel.

No vídeo de divulgação da iniciativa intitulado “*A Brasil Paralelo chegou nas escolas para entregar um pouco de Brasil para os brasileiros*”, disponível no canal do YouTube da empresa⁷, temos uma sala de aula em que o professor indaga: “quem aqui conhece algum herói brasileiro? Uma pessoa, assim, muito importante, que fez muita coisa legal pelo nosso

⁶ Disponível em: <https://www.conexapolitica.com.br/politica/brasil-paralelo-nas-escolas-rede-sociais-ofensas-censura/>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YPeMUvpbpws>>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

país? Fala um”. Um aluno levanta a mão e diz o nome de George Washington. O professor responde que George Washington é estadunidense, e o herói tem de ser brasileiro. Seguidamente desse momento é estampado a seguinte frase “é hora de resgatar nossos heróis”, o narrador ressalta que já não se fala mais sobre os feitos dos nossos antepassados, e que boa parte da memória foi apagada. Por isso a necessidade de “entregar um pouco de Brasil para os brasileiros”. Com essa frase, a empresa anuncia o lançamento da nova edição do “maior resgate histórico já feito em nosso país”, a série “*Brasil: a última cruzada*”, relançada no dia 5 de setembro de 2022, em conjunto com ação da Brasil Paralelo.

Com essas informações, temos imagens das crianças tocando nos heróis brasileiros, com muito entusiasmo, “Deixa eu encostar em você?”, solta uma criança, “Por que Dom Pedro I e Dom Pedro II conseguiram muitas medalhas? Como?”, pergunta outra. Assim, o professor começa a contar a história desses heróis da nação, e o narrador reverbera ao fundo que é preciso “reacender o orgulho de ser Brasileiro nas novas gerações”, e a série “*Brasil: a última cruzada*”, chegou para fazer isso. Apresentando imagens das crianças felizes com a iniciativa da BP, eles convidam os telespectadores para resgatarem “os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”.

Ainda durante o evento, a produtora realizou a leitura em grupo da história em quadrinhos “*O último imperador*” (Imagem 1), obra recém-produzida pela equipe da BP, que detalha os feitos de D. Pedro II. Juntamente a isso, a produtora gaúcha, lançou em conjunto com a LVM Editora, o livro “*Brasil: a última cruzada*” (Imagem 2), que conforme descrição do site, assim como o documentário, “retomam a glória do descobrimento do Brasil e mostram, por meio de entrevistas e de uma extensa pesquisa histórica, que a nação foi construída com sacrifício, honra, coragem e por pessoas das quais devemos sentir orgulho⁸”.

Imagem 1: Capa do quadrinho “O último imperador”, da Brasil Paralelo

⁸ Disponível em: <https://loja.brasilparalelo.com.br/produto/livro-a-ultima-cruzada-edicao-exclusiva_5225-19333/?lang=pt>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.



Fonte: <<http://www.revistafacil.com.br/2022/09/brasil-paralelo.html>>

Imagem 3: Capa do livro “Brasil: a última cruzada”



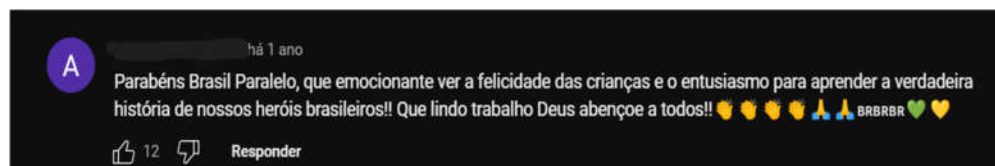
Fonte: <https://loja.brasilparalelo.com.br/produto/livro-a-ultima-cruzada-edicao-exclusiva__5225-19333/?lang=pt>

No prefácio de “*Brasil: a última cruzada*”, intitulado “*A batalha pela História do Brasil*”, Luiz Philippe de Orleans e Bragança afirma que a História do Brasil vem sendo feita por quem não gosta da própria história brasileira, em suas palavras:

“Essas pessoas não aceitam os fundadores do Brasil que, como pessoas reais, tinham defeitos e qualidades e, ainda assim, legaram uma nação. Mas não é de hoje que o Brasil vem travando uma batalha contra a mentira, a falácia, a tentativa de apagamento de sua própria história, do seu passado. Narrativas que tentam transformar heróis em vilões, perverter os fatos e transformar em ficção eventos importantes, além de das ares de realidade a ficções históricas” (BRASIL PARALELO, 2022)

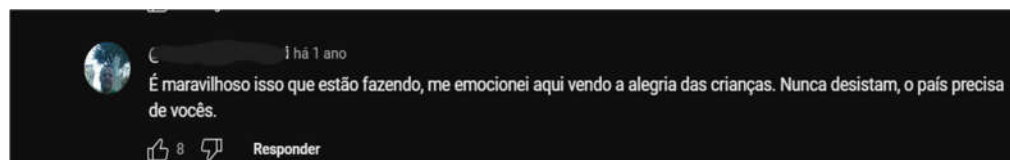
Em uma busca rápida pelo *Google* a respeito da iniciativa da produtora gaúcha, somos tomados pelo seguinte anúncio “Por que querem censurar nosso conteúdo nas escolas?”⁹, e uma matéria da própria empresa dizendo que após ação de divulgar personagens históricos da história do Brasil, eles vinham sofrendo tentativas de censura dos internautas, que acusavam a empresa de ser “mentirosa”, “revisionista” e “canalha”, porém para eles essa revolta era acompanhada de incompreensão, uma vez que as crianças recebem empolgadas os heróis nacionais. A empresa destaca que apesar das tentativas de cancelamento e censura na internet, o propósito da ação era aliar entretenimento com educação para transmissão de um pouco mais de Brasil aos brasileiros. Apesar da existência desses comentários levantados que desacreditaram a boa ação da BP, através da *hashtag*: “#BrasilParalelonasEscolas” no *twitter* (atualmente denominado *X*), eram diversos, também, os comentários que parabenizaram a ação nos comentários no vídeo disponível no YouTube¹⁰ da empresa.

Imagem 3: Comentário do vídeo “A Brasil Paralelo chegou nas escolas para entregar um pouco de Brasil para os brasileiros”



Fonte: YouTube (2022)

Imagem 4: Comentário do vídeo “A Brasil Paralelo chegou nas escolas para entregar um pouco de Brasil para os brasileiros”

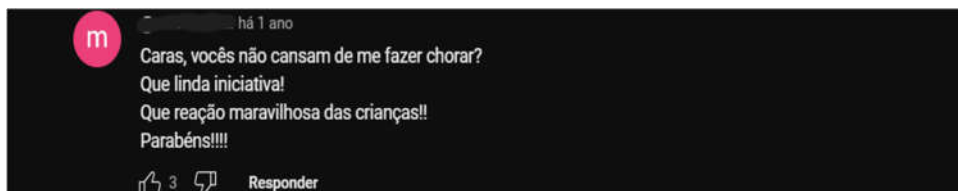


Fonte: YouTube (2022)

⁹ Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/censurar-brasil-paralelo-escolas>. Acesso em: 17 de abri. de 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YPeMUvpvbpws>. Acesso em: 17 de abri. de 2024.

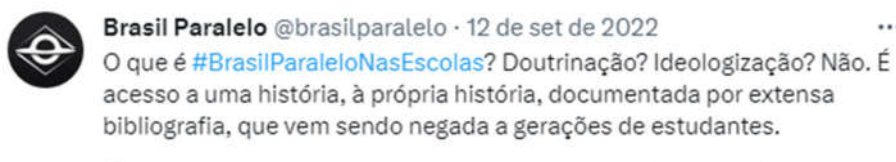
Imagem 5: Comentário do vídeo “A Brasil Paralelo chegou nas escolas para entregar um pouco de Brasil para os brasileiros”



Fonte: YouTube (2022)

Em *tuíte* no X da empresa (figura 6), eles destacam que a iniciativa, intitulada nas redes “#BrasilParaleloNasEscolas”, não buscou uma doutrinação, ou ideologização do conteúdo apresentado, mas apresentar a história que vem sendo negada aos estudantes.

Imagem 6: Print da #BrasilParaleloNasEscolas



Fonte: Brasil Paralelo, 2022

Ao final da análise das ações realizadas pela BP, a pergunta que envolve nossas mentes enquanto professores e pesquisadores na área da história é, sobre qual história é essa que vem sendo negada aos estudantes? Ou melhor, ao povo brasileiro? Uma história que resguarda os ditos “heróis nacionais”, e escanteia as violências perpetradas pelo colonialismo, pelo escravismo e pelo nosso autoritarismo? Uma história que renega corporeidades não-brancas das narrativas históricas?

A narrativa, proposta pela BP sobre a história da independência do Brasil, que resgata os valores perdidos, negados, usurpados pela história, estão inseridas em uma luta pelas representações históricas contemporâneas, uma vez que seus conteúdos tentam, conforme Avila (2022), uma *redisciplinarização da história*, objetivando não a “desordem”, a “irracionalidade”, “mas a eliminação, via representação omitida, de tudo aquilo que possa arriscar uma concepção essencialista, teleológica e autoritária do passado brasileiro” (Avila, 2022, p.204).

Assim:

“[...] o revisionismo não deixa de ter um núcleo coeso em suas narrativas quando se trata de explicar como o Brasil se formou como uma nacionalidade. Seu fio condutor é o entendimento da história do Brasil como prolongamento glorioso de uma idealizada “civilização europeia” ou “ocidental”, que incorpora outras culturas e ancestralidades na condição de contribuintes secundários, reafirmando sempre sua condição subalterna” (Lima, 2019, p.20).

Mesmo com narrativas que ignoram as mazelas sociais, preconiza uma história euro centrada e colonizatória, mas que de certa medida alcança o público, seria a Brasil Paralelo produtora de história pública? Já que:

“A história é “pública” porque sua produção saiu da tutela acadêmica e passou a ser largamente praticada, produzida por leigos, amadores, diletantes? Ou ela é pública pela dimensão da audiência que é capaz de atingir - e cresceu exponencialmente nas últimas três décadas? Tanto uma coisa quanto a outra - a alteração do perfil do produtor de história e expansão vertiginosa o seu público consumido - se explicam em grande parte pelo surgimento de novas mídias, particularmente a internet”. (Malerba, 2017, p.141).

Conforme Moraes e Cleto (2023), a Brasil Paralelo para além de conectar os grupos fragmentados da internet, ela cria narrativas que possam ser instrumentalizadas no presente, uma vez que, “procura fazer do passado um instrumento de autoafirmação no presente, uma vez que se trata não apenas de reconhecer nos heróis do passado os seus antecessores, mas de se identificar com os empreendedores de outrora” (Moraes; Cleto, 2023, p.10).

Na internet, segundo Silveira (2022) os grupos de extrema-direita aprenderam “a trabalhar com seus valores recorçando o senso comum construído em anos e anos de opressão” (Silveira, 2022, p.225), combinando diversos tipos de discursos “do humor que satiriza o pobre, o fraco e o diferente, ao discurso genérico contra as injustiças” (Silveira, 2022, p.225). O avanço das narrativas da Brasil Paralelo pode ser entendido enquanto “uma reação às histórias democratizantes (disciplinadas ou não) das últimas décadas, que trouxeram luz aos derrotados, vencidos e subalternizados, quanto como uma sequência da conversão das democracias liberais neoliberalizadas em sociedades de inimizade” (Avila, 2022, p.191). Mas será que setores conservadores produzem história pública? Ou melhor, a Brasil Paralelo faz história pública?

A Brasil Paralelo na disputa pela História Pública

A história é um campo de batalha, em que, por vezes, não é a narrativa do passado que conta, mas o investimento por trás dessa narração, uma vez que o passado se tornou um “negócio”, e consequentemente, “poder”. Os usos políticos do passado, não é algo novo no campo historiográfico, uma vez que, como já salientamos, a história está em disputa, pois o narrar do passado está em disputa não somente pelos grupos voltados à direita, mas também pelos movimentos sociais e setores progressistas da política. Mas o ponto a ser destacado é que, esse tipo de “história” produzida pela produtora gaúcha silencia algumas informações, deturpa outras, “no sentido de mobilizar estratégias de convencimento sobre determinado tema, delegando a consistência teórico-metodológica do fazer historiográfico” (Ramos; Silva, 2023).

Para Ramos (2018), esses grupos tendem a simplificar a história, relativizando acontecimentos históricos complexos com escolhas de fatos que melhor legitimem suas narrativas. Esses grupos buscam afirmar suas “análises” via “pesquisas”, “documentos” / “fontes” e sujeitos expurgados pela academia por produzirem “verdade sobre a contaminação ideológica do cenário” (Picoli et. al, 2020). Em uma tentativa de utilizar o passado enquanto estratégia defensiva dos interesses de setores conservadores da sociedade, com o intuito de legitimação de suas posições políticas e sociais. Tais discursos “procuram construir representações sobre grupos vulneráveis no processo histórico, culpabilizando-os das injustiças sofridas, naturalizando e simplificando relações sociais complexas num descompromisso com a chamada “verdade” ou “honestidade” histórica” (Rovai, 2020, p.132). Ainda visam desqualificar o conhecimento produzido a partir da objetividade científica da Academia, por vezes o nomeando de “doutrinário”, visando colocarem suas produções em um lugar de legitimidade, como demonstrado na Imagem 6.

Nesse cenário a história e memória, intensificaram-se enquanto um campo de disputa, colocando os historiadores, em posição de incômodo, considerando as exigências de um posicionamento mais ativo da nossa parte e uma maior interação com o público, haja vista as necessidades de elaboração de produções e de um aprendizado histórico mais democrático (Rovai, 2020, p.133). Porém, essa maior interação com o público, não significa abdicar do método, mas de nos propormos “não mais a “traduzir” a história a um público passivo, tratado apenas como audiência” e se relacionar com o “mundo de forma humilde e politizada, levando em conta a necessidade de escuta e interação com outras narrativas e saberes” (Rovai, 2020, p.133).

Em vista disso, a história pública se torna uma demanda de seu tempo, clamando a presença do historiador que deve ser “provocador, mediador e colaborador da reflexão histórica” (Rovai, 2020, p.144). Haja vista que a utilidade do passado está se tornando cada vez mais necessária, assim fazer história pública, não é somente o ensino e divulgação de determinados conhecimentos, mas presume uma pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos, ou seja, é uma nova forma de como se fazer história, não somente interessado na preservação da cultura material, mas no auxílio de uma reflexão da comunidade sobre sua própria história, as relações entre o presente e o passado, tornando o passado útil para o presente (Almeida; Rovai, 2011).

A História Pública é “uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões” (Almeida; Rovai, 2011, p. 7). Sendo construída como uma ponte entre as análises detalhadas, nuances e profundamente investigadas pelos historiadores e uma curiosidade histórica insaciável do público geral (Zahavi, 2011). Assim, história pública, é uma prática voltada para a “divulgação histórica”, com a produção de materiais para circulação e consumo mais amplo, não apenas restrito aos nossos pares acadêmicos.

Com a internet as fronteiras do narrado são rompidas, e a circulação de informações passa a ser cada vez mais veloz, fácil, confundindo por vezes a produção e acesso ao conhecimento científico, haja vista que os sujeitos históricos são transformados a mero espectadores, clientes, produtores e/ou consumidores de “produtos históricos” (Rovai, 2020). O uso do passado nas mídias sociais, conforme Rovai (2020), passaram a ser, extremamente dinâmicos, se tornando concorrentes, por vezes, do tempo mais lento do historiador, lhe tirando a “exclusividade” do fazer historiográfico, assim:

“Constatar esse aspecto não quer dizer que narrativas orais, escritas, imagéticas e virtuais não estivessem há tempo sendo produzidas fora da universidade. Porém, a multiplicidade e a velocidade com que isso tem sido feito nas últimas décadas coloca-nos em posição de atenção, prontidão e de necessária reinvenção. Não é à toa que as discussões em torno da história pública tenham ganhado dimensões cada vez maiores e mais intensas, ampliando espaço e ocupando a agenda de historiadores preocupados com os debates do tempo presente” (Rovai, 2020, p. 131-132)

As “demandas sociais por história e memória, a disseminação de recursos tecnológicos e a popularização da internet, as formas adquiridas pelo chamado “espírito público da história” se multiplicaram, pouco ou nada, dependendo da instituição de um campo

formalizado de debates” (Mauad; et al., 2016, p.24). No presente, “a história não mais se produz somente na academia, muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado” (Malerba, 2017, p.142)

“Reconquistar a memória é o primeiro passo para reconquistar os rumos do próprio destino”, disserta com certa argúcia a BP (BRASIL PARALELO, 2022). A memória, e, consequentemente, a história, é um campo de batalha, “[...] uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos lutam pelo legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou há pouco tempo, e que ainda estão se desdobrando” (Zahavi, 2011, p. 53). A reconquista da memória por grupos de extrema-direita e/ou conservadores, visa a construção de um destino que continue marginalizando narrativas de justiça social e de defesa dos direitos humanos e preconizando uma história eurocêntrica e colonizatória. Produções como a da Brasil Paralelo, que atingem o grande público, constroem a ideia de uma história paralela àquelas contadas pelos professores nas salas de aula. Esse tipo de narrativa “[...] não recorre às questões ou a problemas; é uma história que quase sempre relaxa, estabiliza; uma história que fornece referências identitárias em conformidade com a expectativa do leitor; reconfortante e que elimina a tensão inerente às relações sociais (Carvalho; Teixeira, 2019, p. 15). É uma visão que enfatiza os preceitos neoliberais e reforça com ênfase as disputas, ao mesmo tempo que ressalta as diferenças, entre o Norte e o Sul global, nesta lógica abissal que divide o mundo entre “eles” e “nós”, entre centro e periferia.

Aquele que tem o controle do passado domina o presente. E o modo como o passado é narrado pela BP, que diz trazer uma “verdade”, um “resgate” da história do país, nada mais é, do que um discurso que intenciona chocar para mobilizar. Sendo essa tática característica de movimentos fascistas, “a mobilização constante de setores de apoio, especialmente das camadas médias urbanas, é o que o diferencia de outras correntes de direita” (Paulo, 2020, p.129).

Em uma busca rápida pela *hashtag* - #BrasilParaleloNasEscolas- no X, é perceptível que esse objetivo de chocar para mobilizar é tangível. São inúmeros os *tuítes* de agradecimento, de reconhecimento e incentivo a iniciativa da Brasil Paralelo.

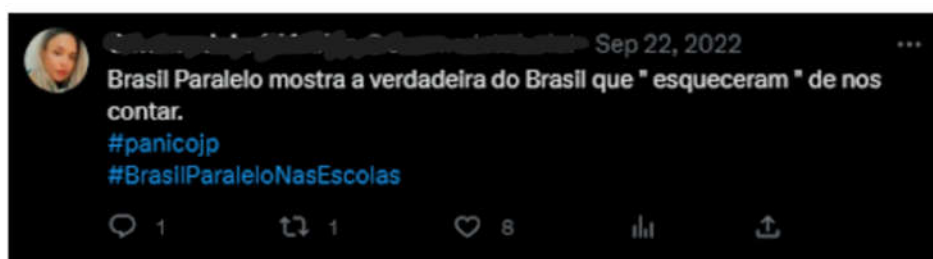
Imagem 7: Print da #BrasilParaleloNasEscolas



Quem critica a @brasilparalelo pelo excelente trabalho que vem fazendo é, para dizer o mínimo, maldoso. A Brasil Paralelo está mostrando aos brasileiro uma visão de Brasil que nunca seria conhecido. Obrigado @brasilparalelo! #BrasilParaleloNasEscolas

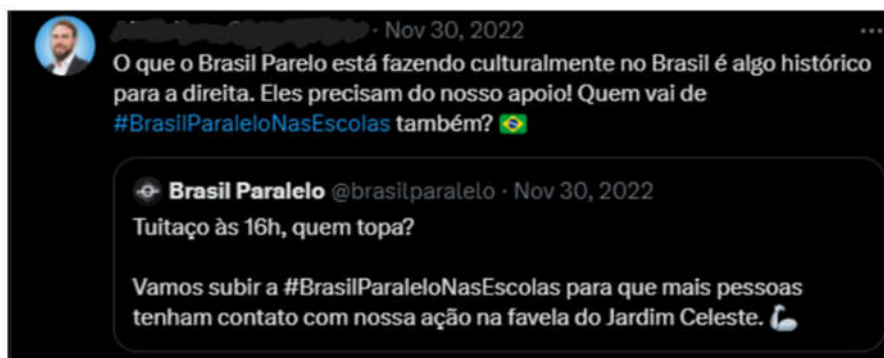
Fonte: Brasil Paralelo, 2022

Imagem 8: Print da #BrasilParaleloNasEscolas



Fonte: Brasil Paralelo, 2022

Imagem 9: Print da #BrasilParaleloNasEscolas



Fonte: Brasil Paralelo, 2022

Teve até aqueles que utilizaram da iniciativa, como proposta eleitoral. Como o caso do candidato a deputado estadual pelo Maranhão, Valter Eloir Cantanhede Junior, do Partido Social Cristão (PSC). Entre as propostas apresentadas pelo candidato para a educação pública estava: educação financeira, inteligência emocional, empreendedorismo e Brasil Paralelo nas escolas.

Imagem 10: Panfleto eleitoral do Deputado Estadual Cantanhêde (PSC)



Fonte: Twitter, 2022

Conclusão

É visível que a extrema-direita vem buscando formas de se apropriar, deturpar e divulgar o passado. Seriam eles os novos produtores de história pública? Conforme Rovai (2020), o passado não deve ser simplificado e/ou reduzido a um mero produto de consumo, sem a reflexão sobre os seus processos de leitura, de construção da narrativa, de procedimentos de acesso e de circulação, e ainda de seus efeitos sobre a sociedade e a consciência histórica.

A história pública é uma área do estudo e ação, que possui quatro engajamentos fundamentais e passíveis de entrecruzamento, sendo: a história feita *para* o público, que prioriza a aplicação de audiência; a história feita *com* o público, que é colaborativa, ou seja, a ideia de “autoridade compartilhada” é central; a história feita *pelo* público, sendo as formas não institucionais de história e memória; e a *história e público*, que incorpora a reflexividade e a autorreflexividade do campo (Mauad et al., 2016, p.28). Desse modo, para ser história pública é preciso que as produções dialoguem com o conhecimento produzido pelos pares acadêmicos, no caso das produções/ações da BP elas são realizadas por sujeitos que manipulam as fontes e obras históricas, para o incentivo da intolerância e mitos de ódio.

As pessoas buscam pela história e o alcance que a Brasil Paralelo possui evidencia isso, mas onde estão os historiadores públicos? É preciso que ocupemos o lugar da publicização do passado, a história não deve ser enclausurada nos portões das universidades, é nosso compromisso enquanto historiadores, o registro e análise de nosso tempo, tão emaranhado de passados vivos, tensões sociais e revisionismos. Obvio que não é tarefa fácil, talvez não possamos pensar em um horizonte de possibilidades no momento, mas a internet é um espaço que oferece oportunidade apesar dos desafios para a criação da história, uma vez que potencializa o alcance histórico, possibilitando um fazer historiográfico mais democrático e aberto. Conforme Marixa Lasso (2016), se nós historiadores somos responsáveis pela memória coletiva, é necessário prestarmos atenção na nossa narrativa, pois precisamos escrever para quererem nos ler, não podemos mais fazer uma escrita sobre o passado só para nossos pares, possivelmente a solução seja fazer história para o público.

Com isso, nós historiadores somos forçados “a confrontar questões de autoridade partilhada e participação do público, porque o passado pode ser – e está sendo – criado, acessado e resgatado à revelia deles nas mídias digitais” (Foster, 2014, p.17 apud Malerba, 2017, p.144-145). Por esse motivo é necessário que – se problematize e questione os usos públicos da história, tendo em vista que a memória pública é um “instrumento político que constrói e reforça identidades coletivas, onde os indivíduos criam narrativas ou discursos sobre quem são e quais as suas origens” (Araújo, 2020, p.4-5 apud Costa, 2021, p.155).

Quais são as histórias sobre o Brasil que vamos perpetuar nas mentes? Quais passados serão escolhidos? O fazer historiográfico, não deve ser um antiquário, que guarda coisas “velhas”, mas um conhecimento sobre o presente. É no hoje, que as vozes mudas, caladas, engasgadas nas gargantas clamam por justiça, clamam pelo narrar do passado. Não podemos deixar que vençam na construção de um futuro de apagamentos, silenciamentos e esquecimentos, por isso, sejamos heréticos e façamos História Pública.

Referências bibliográficas

- Almeida, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Araújo, Valdei Lopes de. 2017. “O Direito à História: O(a) Historiador(a) Como Curador(a) de Uma Experiência Histórica Socialmente Distribuída.” In *Conversas Sobre O Brasil: Ensaios de Crítica Histórica*, ed. Rodrigo Perez Gêssica Guimarães, Leonardo Bruno. Rio de Janeiro: Autografia, 191–216.
- Avila, Arthur Lima de. *Fomas/Fórmulas de negação e irresponsabilidade representacional: o caso Brasil Paralelo e o Negacionismo Histórico Contemporâneo*. In: Schurster, Karl;

- Gherman, Michel; Ferreira-Vázquez (Orgs.). *Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente*. Recife: EdUPE, 2022.
- Avila, Artthur Lima de. *Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico*. Dossiê – Negacionismos e usos da história. *Rev. Bras. Hist.* 41 (87). May-Aug 2021.
- BRASIL PARALELO. *A Brasil Paralelo chegou nas escolas para entregar um pouco de Brasil para os brasileiros*. YouTube, 12 de set. de 2022. Disponível em: <<https://youtu.be/YPeMUpvbpws?si=Uj9FWwJRwV9pV5he>>.
- BRASIL PARALELO. *Brasil: a última cruzada*. São Paulo. LVM Editora, 2022.
- Carvalho, Bruno Leal Pastor de; Teixeira, Ana Paula Tavares (org.). *História Pública e divulgação de História*. São Paulo: Letra e Voz: 2019. p. 9-21.
- COMUNICAÇÃO BRASIL PARALELO. *Por que querem censurar o conteúdo da Brasil Paralelo nas escolas? Entenda o caso*. Brasil Paralelo, 20 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/censurar-brasil-paralelo-escolas>>. Acesso em: 09 de nov. 2023.
- Costa, A. A. “*Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém!*”: *escravidão, trauma cultural e consciência histórica*. *Revista História Hoje*, 10(19), 2021, p.140–160. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i19.748>.
- Escosteguy Filho, João Carlos. *Batalhas públicas pelas histórias nas redes sociais: articulações para uma educação história em direitos humanos*. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 39-65, 2019.
- Lasso, Marixa. *¿POR QUÉ Y PARA QUIÉN ESCRIBIMOS LOS HISTORIADORES?*. Tareas, núm. 154, septiembre-diciembre, 2016, pp. 139-143 Centro de Estudios Latinoamericanos "Justo Arosemena" Panamá, Panamá.
- Lima, André Nicacio. *A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil*. Tematicas, Campinas, SP, v. 27, n. 54, p. 15–38, 2019. DOI: 10.20396/tematicas.v27i54.12336. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12336>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- Malerba, Jurandir. *Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital*. *Revista Brasileira de História* 37 (74): 135- 54, 2017. doi:10.1017/CB09781107415324.004.
- Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo; Santhiago, Ricardo (org). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016
- Maynard, Dilton Cândido Santos. *Aprender história pela Internet*. NPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009
- Maynard, Dilton Cândido Santos. *Escritos sobre a história e a internet*. Rio de Janeiro: Fapitec, Multifoco, 2011.
- Moraes, Everton de Oliveira; Cleto, Murilo Prado. *A última cruzada: tempo e historicidade na série da produtora Brasil Paralelo*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 38, p. e0108, 2023. DOI: 10.5965/2175180315382023e0108. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315382023e0108>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- Nicolazzi, Fernando. *Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo*. *Passés futurs*, v. 13, p. 1, 2023.
- Picoli, Bruno Antonio et. al. *Revisionismo Histórico e Educação para a Barbárie: A Verdade da “Brasil Paralelo”*. *Revista UFG*. 2020, v.20.

Ragusa, Helena. Expressões antidemocráticas da extrema direita na conjuntura brasileira atual: neonazismo, negação do Holocausto e antisemitismo. *Entropia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 113-128, 2013.

Ragusa, Helena. *Representações sobre o judeu na história pública: televisão e cibercultura (2000-2018)*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

Ramos, Márcia Elisa Teté. *Considerações sobre a construção da história escrita, ensinada e divulgada através da matriz disciplinar de Jörn Rüsen*. *Diálogos (On-line)*, v. 22, p. 32-54, 2018.

Ramos, Márcia Elisa Teté; Silva, Joana Maximo. *Vidas (Negras) Importam?! - Brasil Paralelo, a Netflix do revisionismo histórico*. In: *Vamos dialogar sobre o poder da educação?*. Dickmann, Ivanio (org.). Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2023. (v.3).

Rovai, Marta a Gouveia de Oliveira. *História Pública: um desafio democrático aos historiadores*. In: *Coleção História do Tempo Presente: volume 2* / Tiago Siqueira Rovai et al. organizadores. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

Silveira, Sergio Amadeu. *Direita nas redes sociais online*. In: *Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. Cruz, Sebastião Velasco e; Kaysel André; Cudas, Gustavo (org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Zahavi, Gerald. *Ensinando história pública no século XXI*. In: Almeida, Juniele Rabêlo de; Rovai, Marta G. de O. (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 30/01/2024
Aprovado em: 20/06/2024